

DOMINAÇÃO, RESISTÊNCIA E RECIPROCIDADE NO MUNDO DO TRABALHO

Paulo Fernandes Keller¹

RESUMO

O artigo discute o conceito de dominação em uma perspectiva weberiana alertando tanto para as múltiplas formas de resistência criadas pelos dominados quanto para a reciprocidade na relação entre dominador e dominado. Inicialmente, através da análise da dominação no mundo do trabalho escravo, aponta para a religião como uma das formas de resistência forjada pelos dominados, assim como destaca o seu papel ambíguo e contraditório. Em seguida, faz uma reflexão sobre a religião dentro do mundo fabril, onde destaca tanto a contribuição que as formas religiosas dão para a legitimidade do sistema de dominação quanto a apropriação da religião como espaço dos dominados. Por fim, discute a reciprocidade das relações entre patrão e operário para melhor compreender de que forma é construída a legitimidade do sistema de dominação investigado: o padrão de dominação das fábricas com vila operária.

PALAVRAS CHAVE: Mundo do trabalho; Dominação; Religião.

ABSTRACT

The paper discusses the concept of domination from the perspective of Max Weber alerting to the multiple forms of resistance created by dominated as well as to the reciprocity in the relation between dominator and dominateds. Firstly, through the analysis of domination in the world of slave labor, it points out religion as a form of resistance forged by dominateds and shows its ambiguous and contradictory role. Secondly, it makes a reflection of religion within the world of factory, in which it shows the contribution that the religious forms give to the legitimacy of the dominant system as well as the appropriation of religion as a space of dominateds. Finally, it discusses the reciprocity of the relation between master and worker to better understand how is build the legitimacy of the dominant system investigated: the pattern of domination in factories with workmen village.

KEY WORDS: Labor World; Domination; Religion.

¹ Sociólogo e doutor em Ciências Humanas (sociologia) pelo PPGSA/IFCS/UFRJ. Atualmente é Pesquisador Associado Adjunto no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como bolsista de Pós-Doutorado Jr do CNPq (Linha de Pesquisa: Trabalho & Sociedade).

I

O artigo discute o conceito de dominação em uma perspectiva weberiana alertando tanto para as múltiplas formas de resistência, construídas cotidianamente pelos dominados, quanto para a reciprocidade na relação entre dominador e dominado.

Em termos metodológicos, o artigo utiliza dados primários e secundários. A análise da dominação no mundo do trabalho escravo é feita a partir da obra de autores nacionais (Reis & Silva, 1989) e estrangeiro (Genovese, 1988). A análise da dominação dentro do mundo da fábrica utiliza-se tanto de dados primários, levantados pelo autor em seu trabalho de campo junto aos operários da antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial, quanto de dados secundários a partir da obra de autores nacionais (Leite Lopes, 1988) e estrangeiros (Thompson, 1988; e Joyce, 1982).

O artigo aponta a religião como uma das formas cotidianas de resistência forjada pelos dominados, análises estas que levam a refletir sobre a religião como tendo um papel ambíguo e contraditório. No mundo do trabalho fabril, em particular, as formas de resistência e de reciprocidade são pensadas dentro do padrão de dominação das fábricas com vila operária no seu momento de auge, quando imperava o despotismo fabril ou a "servidão burguesa" (Leite Lopes, 1988). O artigo não tem como objetivo discutir as lutas de classe dos operários nesta situação fabril.²

O artigo discute e aborda as formas de resistência cotidianas dos operários e o papel que as formas religiosas cristãs (protestantes e católicas) assumem, seja como elemento que sustenta a dominação seja como elemento de resistência cotidiana. Os dois casos de resistência cotidiana (no mundo fabril) apresentados são: a luta dos protestantes contra o trabalho dominical e a rebeldia dos católicos na devoção a São Jorge no dia 1o. de maio, ao invés da padroeira patrocinada pela empresa têxtil.

Os operários protestantes buscavam afirmar um preceito religioso, a guarda do dia do Senhor, e não agiam em função de reivindicações operárias ligadas ao movimento sindical, contudo, entraram em choque com a ordem capitalista ali estabelecida. Os operários católicos que expressaram sua devoção à São Jorge no dia 1o. de maio, também não agiam tendo por base uma compreensão desta data como rememoração do assassinato de trabalhadores ativistas, contudo, desafiam a ordem legítima daquele mundo do trabalho por meio de sua expressão religiosa. Em suma,

² Houve uma greve dos operários têxteis, em 1918, através da ação sindical dos anarco-sindicalistas da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) do Rio de Janeiro, que foi reprimida severamente dissolvendo o movimento grevista. Irá surgir uma ação sindical legal com o sindicato oficial da categoria na década de 1960 no momento de decadência do sistema de fábrica com vila operária.

trata-se de formas de resistência religiosa do cotidiano operário e não devem ser entendidas como contestação política de classe.

II

Nenhuma forma de dominação é total, sempre há espaço, criado pelos dominados, para formas múltiplas de resistência, de negociação e de conflito. Segundo Weber (1991, p.33), dominação “é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo...”. Assim, Weber argumenta que “o conceito sociológico de dominação deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem”. As formas de dominação nunca se constroem apenas unilateralmente, como uma simples imposição por parte dos dominados, mas implicam uma relação de reciprocidade entre dominador e dominado. Weber (1991, p.16) entende a relação social como um “comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência”. Ou seja, “um mínimo de relacionamento recíproco entre as ações de ambas as partes é, portanto, a característica conceitual”. Mas Weber alerta que “o conceito, portanto nada diz a respeito de que exista “solidariedade” entre os agentes ou precisamente o contrário”.

As formas de resistência construídas pelos dominados são múltiplas, uma dessas formas é a religião, que aparece nas obras de Genovese (1988) e Reis & Silva (1989), em suas abordagens do sistema escravista americano e brasileiro. Para Genovese (1988, p.259), “Nesta época secularizada, para não dizer cínica, poucas coisas parecem mais difíceis que levar as pessoas instruídas a encararem com seriedade os assuntos religiosos”. E pensar a religião com seriedade, dentro do sistema escravista, é concordar o próprio Genovese (1988, p.282) quando afirma que “a ideologia religiosa é sempre ambígua politicamente”. Dentro dos estudos de Genovese, o cristianismo apresenta-se tanto sob a forma de resistência como de submissão ao sistema de dominação dos brancos sobre os negros.

Não podemos pensar o caráter politicamente ambíguo da religião dentro do sistema escravista sem refletir sobre o paternalismo. Para Genovese (1988, p.22/23), o paternalismo “surge da necessidade de disciplinar e justificar, moralmente, um sistema de exploração”, dessa forma, o paternalismo “definia o trabalho involuntário dos escravos como uma legítima retribuição à proteção e direção que lhe davam os escravos”. Dentro da incerteza vivida pelo sistema de exploração – a probabilidade de encontrar obediência ou não – o paternalismo legitimava uma resposta positiva.

Contudo a religião não pode ser vista como simples objeto de legitimação moral da dominação ou como um simples instrumento de justificação do sistema de exploração do trabalho. Para Genovese (1988, p.25), “os escravos encontraram uma oportunidade de traduzir o próprio paternalismo uma doutrina diferente da imaginada por seus senhores e de transforma-la em arma de resistência”. Para o referido autor, os escravos encontraram na religião seus próprios direitos e valores como seres humanos.

Uma análise semelhante encontra-se no estudo de Reis & Silva (1989) sobre o sistema escravista brasileiro. No próprio título do capítulo 1, “Entre Zumbi e Pai João – o escravo que negocia”, os autores apresentam dois pólos entre as formas múltiplas de resistência e conflito. Em contraste com a dicotomia que comumente associa, de um lado, Zumbi dos Palmares (a ira sagrada) e, de outro, a figura de Pai João (a submissão conformada), Reis & Silva (1989, p.78) afirmam que “Pai João não foi ausência de luta, mas uma estratégia de luta sob condições extremamente desfavoráveis”. Os referidos autores, fazendo referência a Genovese, afirmam que “A acomodação, em si mesma, transpirava espírito crítico, disfarçava ações subversivas e freqüentemente confundia-se com seu aparente oposto – a resistência”. O trabalho de Reis & Silva não apenas resgata a figura de Pai João como forma de resistência, mas também apresenta uma pluralidade de rupturas em relação ao sistema de dominação, como as fugas e a resistência cotidiana. Para os autores, “os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural” (1989, p. 32).

III

Seguindo as análises de Genovese (1988) e Reis & Silva (1989), podemos refletir sobre a religião no sistema fabril e seu caráter politicamente ambíguo, na medida em que, tanto colabora na construção da ordem legítima do sistema de dominação em vigor na formação histórica dos operários têxteis da Companhia Têxtil Brasil Industrial³ no início do século XX, quanto constitui uma das formas de resistência cotidiana, assim como de expressão da cultura dos operários, em relação ao domínio patronal sob a forma paternalista do padrão de dominação fábrica com vila operária.

³ A fábrica de tecidos de algodão da antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial foi estabelecida em 1871 na antiga fazenda do Ribeirão dos Macacos (atualmente Cidade de Paracambi-RJ). Este grande estabelecimento industrial foi importante na economia fluminense por ter sido a primeira grande fábrica de tecidos de algodão do Brasil e a maior do Império na década de 1880.

A religião como uma das formas de resistência forjada pelos operários têxteis da Brasil Industrial ocorreu devido ao embate entre a ideologia religiosa dos operários protestantes e a ideologia capitalista do patronato fabril. Segundo a concepção de mundo do minoritário grupo protestante (os congregacionais) era inconcebível o trabalho dominical na fábrica, pois “domingo era dia do senhor”, afirmou uma antiga operária. Isto constitui uma particularidade na formação da classe operária e do capitalismo brasileiro, dissociado da ética protestante. Leite Lopes (1988, p.179) constatou o mesmo fato em relação aos “senhores feudais de Paulista”, que ignoravam os benefícios do “espírito do capitalismo” advindos da ética protestante.⁴ Em relação ao catolicismo, Leite Lopes (1988, p.180) afirma que “eles preferem construir o espírito adequado à sua concepção de capitalismo com a contribuição moral organizativa e disciplinar das associações católicas”.

A jornada de trabalho dos operários têxteis era de até doze horas diárias e nove horas aos domingos no início do século XX, até a deflagração da greve de 1918.⁵ A insubordinação dos crentes congregacionais configurou-se como recusa ao trabalho dominical na busca da guarda do dia do Senhor. Segundo relato de operários este fato ocorreu por volta de 1907 ou 1908, quando um grupo de bíblias (como eram chamados os crentes congregacionais) não foi trabalhar no domingo e todos foram sumariamente dispensados da fábrica na segunda-feira seguinte.

O que deve ser ressaltado, seja em relação à perseguição e hostilidade que os bíblias sofreram da comunidade operária local, seja em relação à sua demissão pela recusa ao trabalho dominical, é a especificidade da formação da classe operária local e brasileira onde a prática religiosa protestante é marginalizada e tratada como subversiva dentro do nascente mundo fabril. A prática religiosa dos bíblias ameaçava a unidade do sistema social fábrica com vila operária alicerçado na moral católica.

Já dentro do sistema Paulista, Leite Lopes (1989, p.177) argumenta que a intolerância da Cia. de Tecidos Paulista em relação aos operários crentes representava um “ato de teatralização da dominação (...) enfatizando as idiossincrasias do poder absoluto sobre todas as esferas da vida de seus trabalhadores, inclusive religiosa”.

⁴ Paulista é uma cidade industrial do Estado de Pernambuco, construída pela Companhia de Tecidos Paulista (Leite Lopes, 1988).

⁵ A greve de 1918 paralisou a fábrica de tecidos da Cia. Brasil Industrial por muitos dias assim como diversas outras fábricas de tecidos fluminenses e cariocas. A greve foi liderada pelos delegados da União dos Operários em Fábrica de Tecidos (UOFT) que tinham como bandeira de luta central a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias com descanso semanal aos domingos. A greve representou uma ruptura importante na estrutura das relações internas ao padrão de dominação paralisando por alguns anos a organização da mais tradicional festa local em louvor a santa padroeira da fábrica e de seus operários.

A resistência dos operários protestantes, os bíglias, recusando-se ao trabalho dominical imbuídos de sua crença religiosa, constitui uma forma de tradução da religião em arma de resistência (Genovese, 1988), encontrando na doutrina cristã seus direitos e seus valores. Mas devemos considerar o fato de que o grupo dos congregacionais era minoritário dentro do mundo operário local, não legitimado, apesar de legítimo, pelo sistema social vigente dentro do padrão de dominação das fábricas com vila operária.

Pensar a guarda do domingo pelos congregacionais no início do século XX, em uma comunidade operária nos arredores do Rio de Janeiro, como forma de resistência ou de insubordinação leva-nos a refletir sobre o consentimento gerado pela moral católica dentro deste mesmo mundo fabril particular, conforme relatado por uma antiga operária: “nós todos íamos trabalhar, íamos fazer o quê?” A contribuição da moral católica ao espírito do capitalismo brasileiro não foi apenas uma questão de preferência do patronato fabril, como afirmou Bastide (1975, p.10), “o capitalista moderno manda rezar missas em sua fábrica do mesmo modo que o senhor dos tempos coloniais mandava celebra-las na capela de seu engenho”.

No sistema social gerado pelo padrão fábrica com vila operária, a religião também assume um caráter politicamente ambíguo: a doutrina cristã é traduzida pelos protestantes como forma de insubordinação na guarda do domingo e simultaneamente assume o caráter de religião oficial do patronato fabril e de todo o sistema social local vigente, contribuindo para a construção da ordem legítima.⁷ Quando Leite Lopes fala da civilização do sistema Paulista, a religião católica aparece como um aparato institucional de amparo e de enquadramento físico e moral dos trabalhadores, a igreja católica local representando a materialização desse aparato institucional. Para Leite Lopes (1988), além dos benefícios sociais, a igreja institucionalizada pelo sistema social vigente seria um dos aspectos legitimadores da dominação fabril e extra-fabril. Para este autor, a moral católica adquiriu também uma importância fundamental na “formação de uma moral e de uma disciplina” do operário de Paulista. Leite Lopes (1988, p.175) ressalta que “essa formação, embora estimulada e subvencionada materialmente pela Cia. de Tecidos Paulista, passa pela especificidade e campo de autonomia relativa das associações católicas”.

⁶ A padroeira oficial da Companhia Brasil Industrial e de seus operários é Nossa Senhora da Conceição, cuja capela foi construída na década de 1880, por uma iniciativa conjunta dos diretores, gerentes e comunidade operária (48º Relatório da Cia. Brasil Industrial, 1871/1921, p.7).

⁷ Segundo Max Weber (1991, p.19), “Toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social, podem ser orientadas, pelo lado dos participantes, pela representação da existência de uma ordem legítima. A probabilidade de que isto ocorra de fato chamamos “vigência” da ordem em questão”.

Segundo essa linha de pensamento, as próprias organizações católicas poderiam se tornar instrumento de resistência dos operários a partir da apropriação – ou tradução – da moral cristã dentro desse campo (religioso) relativamente autônomo. Assim, a doutrina católica seria, ela mesma, politicamente ambígua, na medida em que assume eficácia na interiorização da dominação por parte dos operários e por permitir desenvolvimentos que subsidiam indiretamente sejam atividades de oposição ao poder patronal seja a formação de uma cultura operária através da formação de movimentos católicos relativamente autônomos em relação ao patronato fabril.

Essa relação politicamente ambígua que a religião assume no mundo do trabalho particularmente no mundo do trabalho fabril no caso dos operários têxteis da Cia. Brasil Industrial, como forma de resistência e ao mesmo tempo como construtora da ordem legítima, não se traduz em uma simples leitura do sistema social de forma dicotômica com a cristalização das ações dos grupos religiosos: protestante = insubordinado versus católico = subordinado. Estaríamos formando um pensamento que Reis & Silva (1989) também procuram refutar, quando resgatam a figura do Pai João, as atividades dos candomblés da Bahia e a participação dos negros cativos nas festas católicas.

Se por um lado há uma continuidade do formalismo católico, advindo da cultura colonial brasileira entrando no nascente mundo industrial,⁸ assumindo esse formalismo uma configuração particular com as festas e procissões católicas em louvor a Nossa Senhora da Conceição e a São José Operário, por outro lado, o sentido das ações dos operários - como afirmaria Weber - não pode ser deduzido pela simples leitura das condições objetivas do mundo fabril. Apesar de estar a ação concreta vinculada a uma situação objetiva condicionante desta mesma ação, o sentido da ação é a representação que os agentes tem do curso de suas ações (Weber, 1991). Como afirma Reis & Silva (1989, p.7), "o escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias".

Uma forma de apropriação das organizações e da moral crista católica se deu no meio fabril têxtil quando os operários católicos da Brasil Industrial expressaram sua devoção a São Jorge no dia 1o. de maio de 1945 intitulado-o "padroeiro dos operários" de forma autônoma e desvinculada do poder patronal. A imagem de São

⁸ Não podemos nos esquecer que a Cia Brasil Industrial foi construída em uma antiga fazenda ainda no período escravocrata e que os primeiros operários (quando ainda não havia sido construída a vila operária) foram hospedados nos antigos sobrados, galpões e armazéns da antiga fazenda inclusive na senzala.

Jorge⁹ foi adquirida por iniciativa conjunta do operariado católico liderada por Jayme Barboza, quando o padroeiro universal dos operários por decreto papal era São José Operário e a padroeira dos operários da Companhia era Nossa Senhora da Conceição. Segundo o relato dos operários, São Jorge era devotado todo dia 1o. de maio – dia do trabalhador – com missa na capela de Nossa Senhora da Conceição, procissão pelas principais ruas da vila operária festa no clube da fábrica. Durante os festejos os operários ganhavam dos organizadores do evento santinhos com a imagem de São Jorge, o padroeiro dos operários, que continham no verso um número para participar do sorteio de prêmios durante os festejos. O mais importante a ressaltar é que a organização da festa do 1o. de maio em louvor a São Jorge era organizada de forma autônoma por este grupo operário sem envolvimento da diretoria da Companhia, diferente da festa da padroeira que era patrocinada pela diretoria que organizava comissões formada por operários de todas as seções de trabalho na fábrica.

Esse indício de pesquisa demonstra que a doutrina cristã católica não era apenas legitimadora, um simples aparato do sistema de dominação, mas também que os operários se apropriavam dela e assumiam papel ativo na expressão do sentimento religioso. Também no mundo fabril, os dominados teciam – sob a dominação do padrão fábrica com vila operária – formas múltiplas de resistência. Podemos relacionar essa complexa ambigüidade da religião católica no meio operário fluminense com o papel que o metodismo assume na formação da classe operária inglesa. Thompson (1988, p.232) afirma que “o metodismo obteve o maior êxito em servir simultaneamente como religião da burguesia industrial (...) e de amplos setores do proletariado”. Para Thompson (1988, p.240), a religião também adquiria caráter ambíguo, segundo este autor, o metodismo era “hermafrodita em termos de classe”. Para Thompson (1988, p. 278):

Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e da experiência. Desta forma, a comunidade de classe operária introduziu nas capelas seus próprios valores de solidariedade, ajuda mútua e boa vizinhança.

⁹ Esta imagem ficava guardada na capela de Nossa Senhora da Conceição (tombada pelo INEPAC) até que todas as imagens sacras desta capela, seus nichos e demais peças sacras e documentos guardados na sacristia foram vendidos em 2003. Sobre o sumiço das imagens sacras, a ineficiência das instituições públicas que deveriam zelar pelo patrimônio histórico e a inércia da igreja católica local, ver matéria de Antonio Lacerda no Jornal Caminhando da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu (maio de 2004).

Em relação à apropriação dos textos bíblicos pelos operários, Thompson (1988, p.279) afirma que: “dispersos na pela Bíblia, havia textos aplicáveis a quase todos os contextos, que podiam provavelmente simbolizar tanto o contexto de luta de classes quanto o da peregrinação espiritual”.

O segundo aspecto fundamental é que as formas de dominação nunca se constroem apenas unilateralmente, como uma simples imposição por parte dos dominados, mas implicam uma relação de reciprocidade entre dominador e dominado. Weber (1991, p.33) definiu “dominação” como “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”. O aspecto relacional da dominação é definido por Weber (1991, p. 139) como “um certo mínimo de vontade de obedecer, i.é, de interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autentica de dominação”.

IV

As formas de paternalismo do mundo fabril aqui analisadas são construídas em uma relação paternal de dominação dissimuladora da relação de exploração e de autoridade – dominação aberta – inerente nas relações entre dominador e dominado. A relação entre paternalismo e dominação ocorre na medida em que a relação paternal dissimula a relação autoritária sob a forma da proteção paternal como legitimadora da dominação e construtora do consentimento dos dominados.

As relações entre dominador e dominado, mais especificamente entre patronato fabril e operariado têxtil, dentro do padrão fábrica com vila operária, são paternas na medida em que não ocorre uma simples relação contratual – legal – e também, não apenas pelo fato de o patrão ofertar – como dons – moradia, educação, lazer (conjunto de serviços oferecidos no sistema fábrica com vila operária) – mas, sobretudo, pelo fato de ser o patrão pessoalmente quem distribui esses dons.

Para Weber (1991, p.16), “um mínimo de relacionamento recíproco entre as ações de ambas as partes é, portanto, a característica conceitual”. Mas Weber (1991) adverte para o fato de que, ter uma reciprocidade de ações não implica que exista uma solidariedade ou rivalidade entre ambas as partes.

Relações Paternais no
Sistema fábrica com vila operária

BENS INTERCAMBIADOS

PATRÃO	OPERÁRIO
Emprego, Moradia, Serviços básicos.	Deferência, Obediência, Disciplina.

As relações paternais no padrão de dominação fábrica com vila operária baseiam-se no atendimento ou na satisfação de uma determinada expectativa que se constrói através do “comportamento reciprocamente referido”. Sempre que estas expectativas são atendidas, sempre que se tem o patrão protetor assim como o operário leal e disciplinado, garante-se a existência desta relação determinada. Na formação dos têxteis da Cia. Brasil Industrial, essas relações paternais vigoraram plenamente entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, de forma ideal típica, período que denomino de auge do sistema de fabrica com vila operária.

No momento de auge do sistema¹⁰ existia em maior grau a probabilidade de que tanto os operários quanto os patrões agissem de forma indicável – típica – em uma relação recíproca, orientando suas ações pelo conteúdo de sentido inerente a este sistema social: o sentimento de pertença a uma grande família fabril. Uma antiga operária da fábrica relatou que: “era tudo praticamente uma grande família”.

A legitimidade das relações paternais de dominação é garantida seja através de uma atitude interna, seja através de uma expectativa de determinada conseqüência externa. No primeiro caso, a legitimidade baseia-se em um sentimento afetivo em relação ao mundo fabril, percebendo-o não como um simples local de trabalho, uma unidade de produção, mas com um sentimento afetivo oriundo da crença no pertencimento a uma grande família fabril. A religião fornecia o embasamento necessário, o fundamento desse sentimento afetivo, seja através do catolicismo oficial em vigor no interior do sistema, seja através da forma como ele era apropriado pelos operários. No segundo caso, a expectativa de determinada conseqüência externa, a legitimada fundamentava-se basicamente no direito estruturado na relação legal, em que o patrão aparece, simultaneamente, como aquele que oferece emprego, o locador

¹⁰ É preciso conceituar o sistema social como o conjunto das relações sociais vividas entre o mundo fabril e o mundo extra-fabril dos operários têxteis nesta situação objetiva.

das casas dos operários, e a pessoa que monopoliza os bens (benefícios sociais) oferecidos pela rede de serviços.

As ações dos operários que burlem as expectativas externas dos patrões dentro do sistema esbarram, conseqüentemente, na probabilidade de coerção através da demissão do emprego na fabrica e simultânea perda da moradia, configurando o rompimento da relação paternal ou de reciprocidade.

Joyce (1982) argumenta que o paternalismo industrial nasceu dentro de uma transformação ideológica, o trabalhador não era mais encarado como uma (simples) mercadoria. Para Joyce (1982), o paternalismo industrial surge como uma “tentativa de restauração da comunidade de classes”, e, “longe de ser a negação da sociedade capitalista laissez-faire, o paternalismo foi a sua conseqüência inevitável”, e necessária, a fim de legitimar o “novo” sistema de exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. Brasil terra de contrastes. São Paulo: Difel, 1975.

GENOVESE, Eugene. A terra prometida – o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JOYCE, Patrick. Work, society and politics – The culture of factory in later Victorian England. Londres: Methuen, 1982.

KELLER, Paulo F. Fábrica & Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi-RJ. Engenheiro Paulo de Frontin, RJ: Sólton Ribeiro, 1997.

LEITE LOPES, Jose Sergio. A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés. São Paulo: Marco Zero em co-edição com UnB e MCT/CNPq, 1988.

REIS, João J. & SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (Volume II).

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: UnB, 1991.

ANEXOS

Interior da Capela de Nossa Senhora da Conceição em
Dia de Festa da Padroeira da Fábrica e dos
Trabalhadores Têxteis – Paracambi/RJ



Anônimo – s/d

Foto da coleção particular da Sra. Silvia Fernandes
ex-funcionária da Cia. Brasil Industrial

Comissão organizadora da Festa de Nossa Senhora da Conceição
e procissão pelas ruas da vila operária.
Paracambi/RJ



Anônimo – s/d

Foto da coleção particular da Sra. Silvia Fernandes
ex-funcionária da Cia. Brasil Industrial.